
40º Encontro Anual da ANPOCS

24 a 28 de outubro de 2016

Caxambu - MG

ST 21 – Partidos e Sistemas Partidários

São os partidos todos iguais?

**Uma análise das preferências partidárias e a formação de políticas
públicas (1995 – 2014)**

Bhreno Henrique Ribeiro Vieira^{1 2}

¹ Graduando em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pertencente ao Grupo de Instituições, Políticas e Governo do Departamento de Ciência Política da UFPE; além de bolsista com vínculo institucional à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

E-mails para contato: bhrvieira@outlook.com / bhreno.vieira@ufpe.br

² Agradeço de maneira especial à professora Mariana Batista, pelo convívio, compreensão e amizade; além da paciência na orientação e seu incentivo que tornaram possível a conclusão deste artigo. Também à professora Gabriela Tarouco, uma mestra dos *partidos políticos*, que sem as suas discursões e esclarecimentos muito ainda teria que caminhar. Ao professor Flávio Rezende, pelo apoio e materiais compartilhados. Aos meus amigos e amigas por todo o incentivo. E por fim, agradeço a vocês leitores, de quem espero críticas e comentários após horas em uma árida leitura.

Resumo

Como as preferências partidárias afetam a agenda de políticas públicas? É notória a influência dos partidos políticos no processo de formulação de políticas públicas, isso porque tais instituições possuem prioridades que influenciam na hora de tomarem decisões. Uma das formas de notar tais prioridades é por meio da agenda legislativa, ou seja, aquilo que os partidos estão produzindo na prática. Este artigo tem como principal objetivo analisar a agenda legislativa da Câmara de Deputados, durante os anos 1995 a 2014, e assim mensurar as preferências dos partidos brasileiros, utilizando por meio da análise de conteúdo qualitativa em iniciativas legislativas (projetos de lei, projetos de emenda constitucional e projetos de lei complementar, por exemplo). O trabalho utiliza a tipologia desenvolvida por Baumgartner e Jones, *Comparative Agendas Project*, em meados dos anos 90. Contribuindo assim, para o debate em torno da atuação dos partidos no Congresso Nacional, como importantes *policy-makers*.

Palavras-chaves: Partidos políticos brasileiros; Agenda Legislativa; Comportamento partidário; Saliência.

1 Introdução

É notório que os partidos políticos são importantes atores na formulação das políticas públicas de um Estado (ZOHLNHÖFER & BANDAU, 2012), isso porque num regime democrático, os eleitores delegam a formulação de políticas públicas e a autoridade de executá-las a um conjunto de representantes que são recrutados por partidos políticos, uma importante instituição política que tem como uma das suas principais funções, organizar e delegar essas forma de representação, por isso como afirmam Müller e Strom (1999): as decisões de um governo são muitas vezes as decisões de um partido.

E quais são as preferências dos partidos políticos brasileiros quando elaboram as políticas públicas? Sabemos que além da função de representar uma parcela dos cidadãos, os partidos políticos tem múltiplas funções no arranjo institucional democrático que vão desde a canalização de opiniões, oriundas de indivíduos ou grupos sociais, até mesmo a articulação de interesses, dentro ou fora dos partidos, para que assim, possam deliberar sobre o que deve ser feito (NORRIS, 2002). Entretanto, tal concepção funcionalista dos partidos políticos exauri o seu papel como uma instituição; e como uma, os partidos, agem como mecanismos para alcançar propósitos ou fins. Esses propósitos são articulados por suas preferências sobre “o que deve ser feito”, ou seja, as políticas públicas que emergem devido às demandas da Sociedade.

No Brasil, habitualmente ouvimos críticas a essa instituição. Isso devido à diversidade ideológica das coalizões ou até mesmo pela baixa identificação partidária dos eleitores (PAIVA, BRAGA & PIMENTEL JR. 2007; BRAGA & PIMENTEL JR., 2011). Resultando num descrédito da instituição, pois uma parcela da sociedade chega até a crer que todos os partidos são iguais, devido à dificuldade de se perceber a diferença entre as agendas, que são propostas pelos mesmos, durante as corridas eleitorais (VIEIRA & MACIEL, 2011). Porém, os partidos são dotados de preferências, que podem ser observadas através do seu comportamento.

O presente trabalho têm como objetivo analisar o quão diferente são os partidos políticos brasileiros. Para isso, analisa por meio da técnica de análise de conteúdo sistemática as iniciativas legislativas apresentadas pela Câmara de Deputados, a partir de 1995 até 2014, classificando-as segundo as diretrizes do projeto de Baumgartner e Jones,

*Comparative Agendas Project*³. O artigo está organizado da seguinte forma: inicia-se por uma breve revisão sobre o sistema partidário brasileiro (2), sendo seguida por uma discussão teórica sobre as preferências e comportamento dos partidos políticos, formulação de agenda e saliência (3). Passando por considerações metodológicas sobre o projeto de pesquisa (4) e os resultados encontrados, até agora (5). E por fim uma seção final que conclui (6).

2 O Sistema Partidário Brasileiro

Entre os anos de 1978 e 1979, com a extinção do Ato Institucional nº 5, a sociedade brasileira dava um grande passo em direção da transição democrática. Um importante sinal do processo de abertura política, foi a desestruturação do sistema bipartidário, fruto do regime autoritário, para a criação de novos partidos, como por exemplo, a transformação da Arena no Partido Democrático Social (PDS) e na nova configuração dos partidos de oposição, que antes centrava-se no MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e agora fragmentara-se entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Progressista (PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) (NICOLAU, 1996; DEL PRIORE & VENANCIO, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2014). Além dessa característica, o novo sistema partidário que emerge, surge por meio de cisões ou fusões partidárias das antigas agremiações bipartidárias, ou mais recentemente, por novos grupos sociais que questionam o *status quo* do vigente regime (PAIVA, BRAGA & PIMENTEL JR., 2007), configurando um *multipartidarismo extremo* (ANASTASIA & SANTOS, 2014). A seção apresenta alguns elementos básicos sobre o sistema partidário brasileiro, focalizando em suas características mais gerais, inicialmente, seguindo sobre a atuação dos partidos na arena eleitoral e depois na arena parlamentar, que é o foco deste artigo.

Compreende-se neste trabalho, que sistema partidário não será sinônimo de sistema político, como é adotado por muitos autores, mas utilizaremos o conceito de sistema partidário como *um conjunto de relação de diversos partidos entre si, ora tendendo ao corpo eleitoral e aos grupos de interesse, de um lado; ora tendendo aos diversos aparatos que compõe o Estado, de outro* (SOUZA, 1976). E com base neste conceito, utilizaremos

³ Policy Agendas Project. Disponível em: < <http://www.policyagendas.org/> > Acesso: 12.abr.2016

a noção de partidos políticos como organizações que funcionam como uma ponte entre o Estado e a Sociedade (BRESSER-PEREIRA, 1995), sendo dotados de funções de cunho sociais (o aspecto de representar grupos sociais e articular ou agregar interesses desses) e estatais (formular políticas públicas, ocupar cargos públicos eletivos ou de confiança e organizar o funcionamento do Parlamento e Governo). Esses conceitos permitem uma melhor compreensão da dinâmica dos partidos na sociedade brasileira, e assim compreender um sistema que agrega mais de quinze partidos, com fortes apelos personalistas; onde políticos mudam frequentemente de opinião e de partidos; no qual boa parte dos eleitores não conseguem identificasse com alguma agremiação, e aqueles que são filiados, têm uma noção muito fraca de ideologia (ZUCCO, 2015). E ao mesmo tempo, as bancadas no Congresso são coesas e disciplinadas; os parlamentares obedecem aos líderes partidários e as ameaças de ingovernabilidade não são concretizadas (RIBEIRO, 2013).

É notável entre os recentes estudos sobre partidos políticos: a queda do ativismo político (MAIR, 1993; NORRIS, 2002); os fortes sentimentos de desconfiança para com as agremiações partidárias (MAIR, 1993; MANIN, 2013) e até mesmo os baixos índices de participação eleitoral em países onde o voto é facultativo (MAIR, 1993; NORRIS, 2002; MANIN, 2013). Levando a crer que os partidos políticos estão em crise. Aqui no Brasil, o cenário não poderia ser diferente. A diversidade ideológica das coalizões, a menor visibilidade do partido em detrimento do candidato, a dificuldade em diferenciar a agenda ou programas dos partidos (VIEIRA & MACIEL, 2011): são sinais de indiferença de boa parte dos eleitores nacionais para com os partidos políticos. Além desses sintomas, podemos ainda destacar que nas primeiras corridas eleitorais da Nova República, 1990, os eleitores tinham uma clara identificação ideológica (CARREIRÃO, 2008) e que com o passar do tempo foi perdendo-se, tornando até mesmo, pouco significativa, como apontam os estudos sobre os pleitos de 2002 e 2006 (PAIVA, BRAGA & PIMENTEL JR., 2007). Vale ressaltar também que as disputas presidenciais estruturam o sistema partidário brasileiro, fornecendo as bases para a composição de coligações estaduais e municipais (CARREIRÃO, 2014), isso também é confirmado pela simpatia pelo PT ou PSDB, por parte do eleitorado nacional, e como principal sinalização de estruturação do sistema eleitoral brasileiro (BRAGA & PIMENTEL JR., 2011).

No que tange as funções estatais dos partidos políticos (formular políticas públicas, a organização do Parlamento e Governo e a ocupação dos cargos públicos eletivos ou de

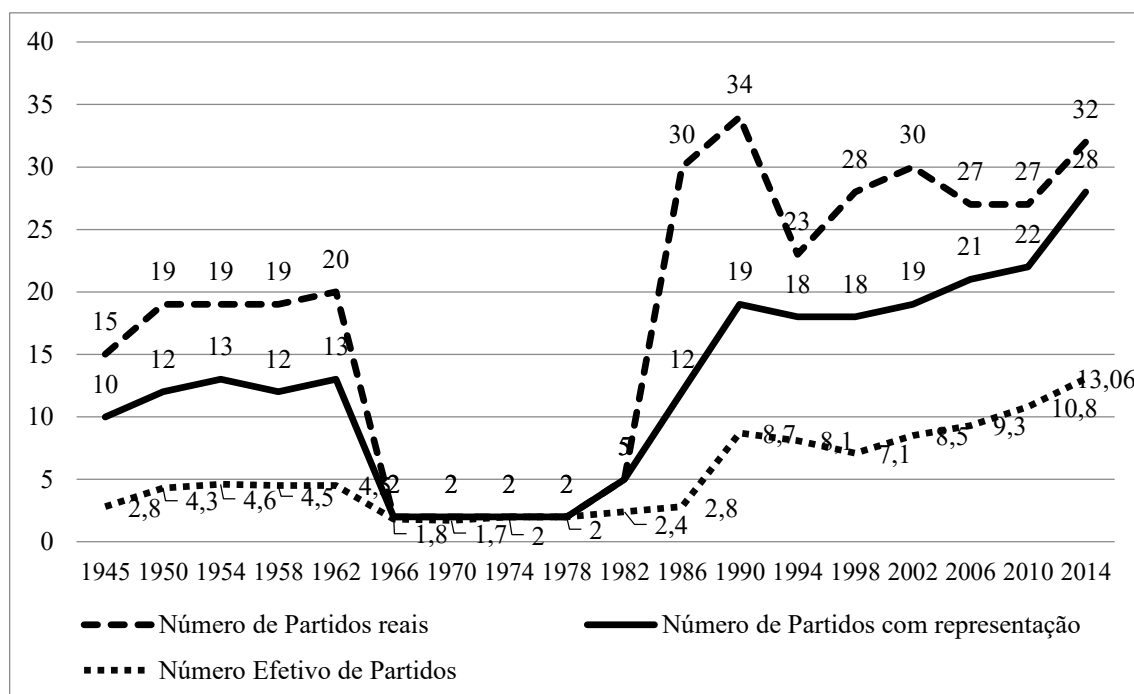
confiança) é importante ressaltar que as principais hipóteses sobre o sistema político (junção dos sistemas institucional, eleitoral e partidário) da Nova República não vieram a ser confirmadas. Haviam trabalhos que apontavam que devidos aos incentivos, gerados pelas regras eleitorais e um federalismo político fortemente descentralizado, resultaria em um Congresso Nacional regido pelo legislador individual, preocupado em legislar a favor de políticas particularistas e mais locais, em favor do seu reduto eleitoral (AMES, 2001). Entretanto, em pesquisas recentes foi apontado que os parlamentares seguem padrões ideológicos-partidários (PEREIRA & MUELLER, 2003; ALMEIDA, 2013) e que o conteúdo da legislação, devido à combinação da representação proporcional em distritos de magnitude média ou elevada e com população numerosa, tendem a ser mais nacionais (RICCI, 2003).

As características apresentadas sobre o sistema partidário brasileiro compõe um quadro de *partidos fracos* na arena eleitoral, isso devido à crise de representação partidárias e as regras eleitorais e os *partidos fortes* na arena legislativa e estatal (PEREIRA & MUELLER, 2003). Com isso, surgem questionamentos sobre o grau de *enraizamento/institucionalização*⁴ dos partidos políticos na sociedade brasileira, que segundo Tarouco “não serve de referência principal para orientar as escolhas do eleitorado, mas abriga partidos institucionalizados” (CAREIRRÃO, 2014), ou seja, é um sistema *razoavelmente estabilizado*, com alguns partidos bem estabelecidos no processo eleitoral e que são reconhecidos pelos eleitores. Pesquisas mais recentes indicam que o sistema partidário brasileiro é estável, porém não possui raízes profundas na sociedade, isto é, uma “estabilidade não institucionalizada”. Essa falta de “raízes” não implica em um mal para a democracia, mas indica uma falta de representação sólida na sociedade brasileira (ZUCCO, 2015). Em contrapartida, a fortalecimento dos partidos no que tange a questões procedimentais ou estatais, levantam a hipótese do fenômeno de *cartelização dos*

⁴ Compreende-se por *institucionalização* dos partidos políticos e do sistema partidário, o fenômeno de cristalização dos partidos e do sistema partidário na sociedade em decorrência a junção de importantes variáveis como: “a) competem em eleições para formar o governo e o legislativo; b) atuam em diferentes frentes, podendo aprofundar suas relações com o Estado, sem necessariamente aprofundar os vínculos societários; c) competem com outras associações pela canalização de interesses (TAROUCO, 2010). Outra forma de mensurar *institucionalização* é apresentada por Zucco (2015) contendo 4 dimensões: “a estabilidade dos padrões de competição entre os partidos políticos; a profundidade das raízes do sistema partidário na sociedade; a legitimidade dos partidos e do processo eleitoral e o nível de organização interna dos partidos”

*partidos*⁵, onde os partidos políticos estreitam suas relações com o Estado para assim obter os recursos necessários para a sobrevivência da organização (MAIR, 1994). Entretanto, como apresentou Ribeiro (2013) os partidos brasileiros possuem fortes vínculos com o Estado, chegando a superar até mesmo as clivagens entre governo e oposição, porém devido a algumas características institucionais não poderíamos classificar como cartelizado o sistema partidário brasileiro. Ainda confirmando essa hipótese, Tarouco e Pérez-Liñan (2016) indicam um forte paradoxo na política partidária da América Latina, que mesmo com as crescentes regulamentações e restrições impostas aos partidos políticos no que tange as atividades partidárias e a suas relações com o Estado, os autores não têm encontrado a cristalização de sistemas *carteis* na América Latina, isso devido a criação de novos partidos e o aumento do número efetivos de partidos, fenômeno que também pode ser observado no Brasil, como aponta o gráfico abaixo, demonstrando um aumento na última década no número de partidos, seja no quesito de representação ou no número efetivo, indicando uma particularidade do nosso sistema partidário o *multipartidarismo extremo*, devido ao grande número de partidos (ANASTACIA & SANTOS, 2014):

Gráfico 1 – Sistema partidário em números



⁵ Um sistema de partidos *cartelizados* seria aquele onde os grandes partidos, sejam oposição ou governo, cooperariam com uma maior frequência, para assim garantir suas posições dominantes, terem acessos as benefícios dos recursos estatais para sobreviverem, conseguindo diminuir as derrotas eleitorais (RIBEIRO, 2013)

3 Revisão Da Literatura

A terceira seção deste artigo analisa teorias que possuem conexão ente o comportamento partidário e a formulação de políticas públicas. A seção se divide em três partes. A primeira mostra quais são os principais modelos que determinam o comportamento competitivo dos partidos. Em seguida, explora a noção de *agenda-setting*. E por fim, apresenta algumas questões sobre a *theory salience* e formas empíricas de mensuração.

3.1 Modelos de Comportamento Político

Os partidos políticos são importantes organizações da democracia contemporânea (NORRIS, 2002; MANIN, 2013), sendo quase inconcebível imaginar um regime democrático sem a existência dos partidos políticos gerindo o funcionamento das instituições estatais. Isso por que, é atribuído aos partidos a função de organização do Parlamento e do Governo (MAIR, 1993). Seja em um regime parlamentar ou presidencial é clara a necessidade dos partidos políticos; pois é, por meio deles que formam-se coalizões e por seus membros é que são ocupados ministérios ou demais cargos de confiança (MAIR, 1993). Ou seja, é por meio dos membros ou líderes partidários que importantes decisões são feitas e escolhas são tomadas ou colocadas em prática. Demonstrando que boa parte das decisões de um governo e as preferências de um partido estão intimamente ligadas (MÜLLER & STROM, 1999).

Com base nesses pressupostos, a literatura política aponta algumas importantes interpretações para o comportamento dos partidos e de seus membros. Elenco algumas dessas leituras, como a concepção desenvolvida por Edmund Burke, político anglo-irlandês, de que os partidos políticos são “um grupo de homens unidos para a promoção, através de seu esforço conjunto, do interesse nacional, com base em algum princípio que todos concordam” (KINZO, 1991), de acordo com esse ponto de vista (*burkiano*), os partidos são essencialmente guiados pelas suas preferências, que são formadas por um conjunto de ideias e valores que convergem para a manutenção de um bem comum nacional. Downs (1999) no entanto, destaca que o principal comportamento dos partidos políticos consiste na busca pela maximização dos votos e na constante *luta* pela formação do governo, afirmando que os partidos não estão interessados em políticas específicas, mas

como assegura a famosa máxima *downsoniana* “partidos formulam políticas para ganhar eleições” (DOWNS, 1999) e não o contrário.

Nos últimos anos, os estudos sobre comportamento político foram bastantes influenciados pelo novo institucionalismo e principalmente pela escolha racional (MÜLLER & STROM, 1999). Esses estudos apontam de maneira objetiva que as ações do partidos podem distinguir-se em três modelos bem distintos: *vote-seeking*, *office-seeking* ou *policy-seeking*⁶. Tais modelos consistem basicamente no que cada partido está “*buscando*”. O modelo *vote-seeking* são os partidos que o principal objetivo é maximizar votos e ganhar eleições; o *office-seeking* seriam os partidos que buscam obter benefícios por parte dos Gabinetes ou ministérios e o modelo *policy-seeking* tem como objetivo a elaboração de políticas baseadas nas ênfases ou bandeiras que o partido advogam.

Embora na prática, um partido não pertença exclusivamente a um dos modelos apresentados ou até mesmo possa apresentar as características dos três modelos, isso porque, essa tipologia funciona mais como um aspecto dimensional (nem inteiramente e nem independente dos modelos) do comportamento partidário (WOLINETZ, 2002). Um exemplo disso, são as atuações de partidos políticos em democracia altamente competitivas, nas quais os partidos disputam intensamente com outros partidos na tentativa de maximizar os votos dos eleitores, para assim compor o Governo e formular e implementar as políticas com base nos seus programas ou manifestos. Mesmo com base nessa evidência, os autores dessa literatura (STROM, 1990; MÜLLER & STROM, 1999; WOLINETZ, 2002; ZOHLNHÖFER & BANDAUI, 2012) argumentam que um partido sempre irá tender mais para uma posição do que para a outra.

O modelo *vote-seeking* é quando o partido está em busca constante pela maximização dos votos dos eleitores, seria baseado na concepção downsoniana de que “os partidos formulam políticas para ganhar eleições e não ganham eleições para formular políticas” (DOWNS, 1999). São ditas como evidências dos partidos que compõe esse modelo, a criação e manutenção de grandes coalizões, que sejam suficiente para cobrir diferentes grupos sociais; assim assegurar uma significativa maioria; além dessas características é visível a intensiva organização durante os períodos eleitorais. Em sistemas multipartidários são os famosos *catch-all* ou partidos profissionais (WOLINETZ, 2002).

⁶ O autor optou em deixar os termos em seus vernáculos originais, pois já estão estabelecidos e aceitos pela literatura partidária.

Compreende-se como partido *office-seeking* aqueles que tentam maximizar os benefícios de seus cargos políticos, utilizando de nomeações ou de votações para participar do Governo. Em outras palavras, é o partido cuja a ênfase consiste em garantir que esse seja parte da situação ou do seu gabinete, mesmo à custa dos seus objetivos políticos ou da maximização dos votos. São características dos partidos *office-seeking*: os partidos que possuem grande poder de barganha no Legislativo; que possuem tratamento especial do Executivo ou que participam das coalizões do governo, mesmo que isso constitua em sacrificar algumas de suas preferências ou ganhos eleitorais (MÜLLER & STROM, 1999). São fortemente associados aos partidos carteis ou com práticas clientelistas (WOLINETZ, 2002).

Por fim, o modelo *policy-seeking* que consiste na concepção cívica ou burkiana que os cidadãos possuem dos partidos políticos em uma democracia. Os partidos que compõe esse modelo são associados a demandas ideológicas, sejam elas de direita ou esquerda, procurando maximizar a visibilidade do partido por meio das políticas públicas que elaboram, compondo assim alterações significativas na agenda legislativa. São identificados como partidos de integração de massa ou com os novos partidos que tentam lutar contra o *status quo* existente no sistema partidário ou até mesmo como os partidos mais pragmáticos (STROM, 1990; WOLINETZ, 2002).

3.2 Modelos de Agenda

Cidadãos elegem políticos para que esses os representem no governo. Tal representação consiste em uma relação de constante responsividade dos governantes/representantes em responder às preferências de seus cidadãos (DAHL, 2005). Esse processo político seria semelhante a um mercado: espaço de troca entre quem procura e quem oferece, clientes e vendedores ou por que não dizer, eleitores e políticos/governo, respectivamente (SCHUMPETER, 1961). Entretanto, nem sempre os governos produzem o que é demandado pela sociedade, e quando produzem, coincidem com apenas alguns segmentos que fazem parte dela (BILHIM, 2016); isso porque os governos são constituídos por partidos políticos, que em boa parte possuem funções de articular e agregar interesses da sociedade ou de seus segmentos, que muitas vezes são diversos e conflitantes entre si. Ora, como aponta Bilhim (2016) a formação dessas articulações ou interesses que emergem nos partidos são levados aos parlamentos, para que assim possam ser aceitos ou rejeitados. O autor ainda completa que esse processo consiste na formação da *agenda*

política que origina-se em determinados momentos pelas demandas da população ou por interesses dos partidos.

Tal atividade, a de gerar *políticas públicas* fundamentam as expectativas dos cidadãos que querem que os seus representantes façam algo, ou mesmo quando não façam, lhe deem uma justificativa. Essas questões que são objetos de tomadas de decisão e de debate dentro de um sistema ou instituição é que configura o que seria *agenda política*.

Cobb e Elder (1972) foram um dos pioneiros no estudo sobre agenda política, para eles o processo de definição de agenda mais do que o confronto de ideias antagônicas e divergentes sobre a resolução de demandas sociais, são influenciados por processos políticos-institucionais que envolvem os atores políticos (presidentes, deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores). Inicialmente, os modelos de agenda política consideravam apenas os ciclos econômicos, com passar do tempo, os modelos foram ficando mais complexos envolvendo a natureza dos regimes (se democráticos ou autoritários). Na década de 80, Kingdon (1984) apresentou que os processos de montagem de agenda são determinados pela inter-relação dos atores políticos, ideias e estruturas unindo-os aos problemas, criando políticas favoráveis para a solução destes.

Baumgartner e Jones (2012) ao definirem o seu modelo de agenda, constituíram o modelo do Equilíbrio Pontuado, que inspirado em teorias oriundas das Paleontologia e da Geologia, que concentravam-se em explicar a estabilidade de fenômenos geológicos que eram quebrados por eventos pontuais como erosões e erupções, que modificavam a natureza do ambiente. Ao importarem tais conceitos para a arena política, os autores observaram que por meio de documentos oficiais do Estado (inicialmente nos Estados Unidos) – como o orçamento, projetos de leis e emendas constitucionais – e somando-se a notícias da imprensa nacional poderiam verificar-se questões que emergiam à público. Como, por exemplo: os ciclos de gastos orçamentários, que durante o início do século XX eram majoritariamente ortodoxos e que devido à crise de 1929, modificou-se para a gestão keynesiana da demanda. Outro exemplo seria, que até meados do século passado havia uma preocupação muito forte (dos Estados Unidos) em questões referentes a exploração ambiental em prol do desenvolvimento, enquanto no decorrer da década de 90 emergiu na agenda a pauta de uma gestão sustentável.

3.3 Mensurando Saliência

Como já foi mencionado logo acima, a teoria democrática argumenta que a formulação de políticas públicas seria uma resposta visível do governo para os cidadãos. Essa atividade, ofertar políticas que estão sendo demandas pela população, consiste numa importante interação e escuta dos Governos, que selecionam questões que são importantes ou que preocupam os seus contribuintes (BROMLEY-TRUJILLO, LEISING & POE, 2014). Saliência seria geralmente o nível de preocupação, interesse ou importância que é colocada em determinados assuntos (WLEZIEN, 2005), entretanto como foi apresentado por Batista e Vieira (2016), saliência possui um duplo significado, ou seja, seria o somatório da posição e direção que um determinada questão ou tema. No que se refere a posição seria o grau de importância, relevância ou prioridade que ela ocupa, e sobre direção, diz respeito, ao caráter positivo ou negativo que ela ocupa na determinada agenda dos partidos políticos. Um exemplo disso, seriam dois partidos que acham de extrema relevância trazer questões como o aborto ou a legalização da maconha, sendo que um posiciona-se a favor e o outro contra (BATISTA & VIEIRA, 2016).

Em estudos recentes (BUSCH, 2016) é visto que o grau de importância, ou a *saliência*, dada em determinadas questões é que fazem os eleitores votarem em um partido que representem seus próprios interesses e advogarem contra partidos que fogem de suas preferências. Essas, questões *salientes*, ficam visíveis em campanhas eleitorais, manifestos de partidos, discursos políticos ou até mesmo por meio de entrevistas com elites partidárias ou por análises nas votações dos parlamentares para assim descobrir o que seria prioritário para os parlamentares ou membros partidários.

Ao longo dos anos, foram inúmeras as metodologias que os acadêmicos propuseram para mensurar as posições de preferências políticas dos parlamentares. Entretanto por ser um conceito tão abstrato e subjetivo não encontrou-se um consenso entre qual seria a técnica mais adequada. Tarouco e Madeira (2013) classificam em dois grandes grupos os métodos de medir preferências e posicionamentos políticos: a) os métodos baseados na auto-identificação feita pelos partidários e b) os métodos baseados na identificação por terceiros.

No primeiro grupo encontra-se as **técnicas de surveys** com os membros dos partidos que estão no Parlamento (POWER & ZUCCO JR., 2009; ZUCCO JR., 2009).

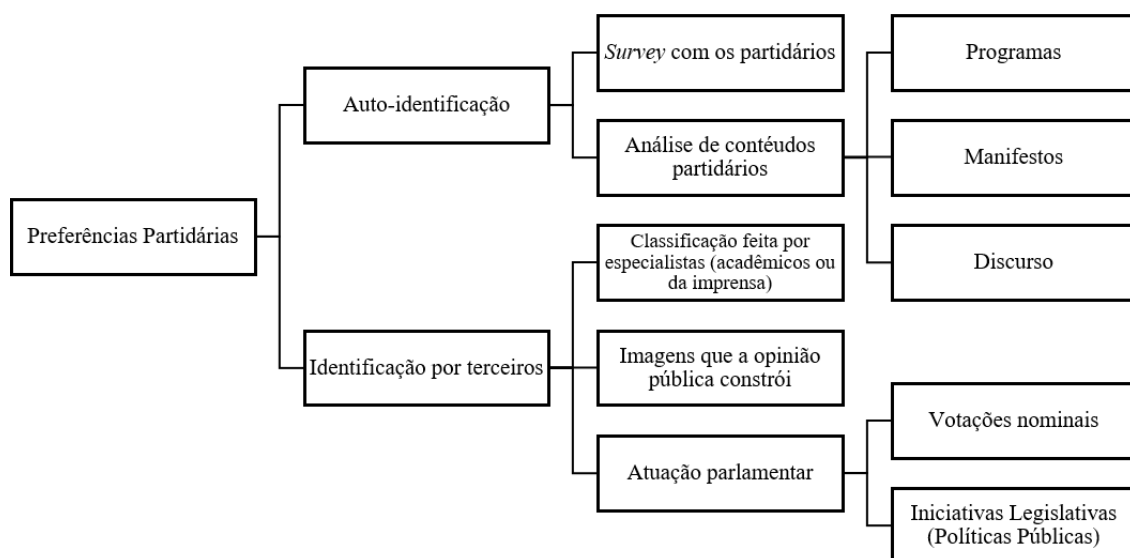
Entretanto, tal técnica pode ser problemática, pois a escala de percepção pode variar entre um parlamentar para o outro, e sua resposta pode ser muito subjetiva ou até mesmo, esse poderia esconder sua posição ideológica, dando respostas vagas. Ainda no primeiro grupo, enquadra-se a análise de **documentos oficiais dos partidos**, como a análise de manifestos (VIEIRA & MACIEL, 2011; TAROUCO & MADEIRA, 2013; TAROUCO, VIEIRA & MADEIRA, 2015), programas partidários ou de discurso dos parlamentares ou líderes partidários (MOREIRA, 2016). Porém, de acordo com Luís Felipe Miguel (2010) o estudo apenas dos manifestos apresentaria resultados ingênuos, pois não deveríamos supor que tudo o que o partido pensa ou crê está em suas plataformas escritas.

No segundo grupo enquadra-se as metodologias de classificação feita por terceiros, como: a) a **classificação por especialistas**, sejam esses, acadêmicos ou da mídia (TAROUCO & MADEIRA, 2015). Entretanto, tal método apresenta os mesmos problemas dos *surveys* aplicados aos parlamentares, pois não é possível identificar de maneira tão objetiva o que eles estão avaliando ou levando em conta (TAROUCO & MADEIRA, 2013); b) a **classificação por opinião pública** ou o “**sentimento partidário**” (PAIVA, BRAGA & PIMENTEL JR., 2007; CARREIRÃO, 2008; BRAGA & PIMENTEL JR., 2011; RIBEIRO, CARREIRÃO & BORBA, 2011) entretanto, o custo financeiro e humano para aplicar tal técnica seria muito grande, pois necessitaria de uma amostragem representativa que captasse todos os espectros de cidadãos brasileiros, por isso, ela se restringe a pequenas cidades ou a percepções de moradores das capitais durante as corridas eleitorais; c) a **atuação do parlamentar no Congresso**, sendo que esta pode ser captada pelas: I – **votações nominais** (MUELLER & PEREIRA, 2003; CHEIBUB, FIGUEIREDO & LIMONGI, 2009) que apesar de observar, por exemplo o grau de fidelidade partidária e outras características quantitativas não consegue absorver o conteúdo que está sendo discutido pelos parlamentares; II – **as iniciativas legislativas** ou **agenda de políticas públicas** (BAUMGARTNER, BROUARD & GROSSMAN, 2009) que leva em conta o lado qualitativo e observa realmente o que está sendo produzido. Como salienta Almeida (2013), a observação do conteúdo das iniciativas legislativas é um dos melhores métodos para mensurar as preferências partidárias, pois observa o que os parlamentares ou Executivo estão deliberando como políticas. Porém, ele chama a atenção para as iniciativas legislativas meramente “simbólicas”, onde o parlamentar para conter o seu distrito eleitoral elabora uma proposição, mas não se

esforçasse para que esta seja implementada. Mesmo possuindo tais falhas, o artigo concentra-se na análise de conteúdo descritiva das iniciativas legislativas.

Logo abaixo, sintetizamos as principais metodologias de classificação das preferências partidárias:

Figura 1 – Metodologias de mensuração de preferências



Fonte: elaboração própria baseado nas informações coletadas em TAROUCO & MADEIRA, 2013.

4 Metodologia

Como foi estabelecido na seção anterior, esse artigo propõe mensurar quais são as questões salientes ou prioritárias dos partidos políticos brasileiros por meio das iniciativas legislativas apresentadas na Câmara dos Deputados durante o período de 1995 a 2014, anos que compreendem da 50ª a 54ª Legislaturas. Os temas apresentados foram codificados por meio das iniciativas individuais (apresentadas pelos parlamentares ou presidentes), sendo agrupadas em torno dos partidos políticos, pois esse artigo tem como foco tratar apenas dos achados referentes a Câmara dos Deputados. Essa classificação tem como objetivo identificar quais são as questões predominantes para cada agremiação brasileira, por isso,

utilizamos a técnica da análise de conteúdo qualitativa para simplificar um conjunto de informações coletadas na legislação para que se possa estudá-la de maneira mais objetiva.

Assim como foi apresentado no artigo produzido por Batista e Vieira (2016), a análise de conteúdo consiste no processo de nove passos para obter sua implementação de maneira mais rigorosa. O artigo acima mencionado aponta as principais características teóricas e metodológicas que foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa. Os autores constroem com base na literatura sobre *análise de conteúdo* os nove passos necessários para a sua estruturação que são: “1) Revisão da Teoria; 2) Conceitualização; 3) Operacionalização; 4) Técnica de Codificação; 5) Amostragem; 6) Treinamento; 7) Codificação; 8) Cálculo de confiabilidade e 9) Apresentação dos resultados” (BATISTA & VIEIRA. 2016). Essa seção consiste na breve descrição de como foi executada a pesquisa com base nos passos demonstrados, acima.

Na seção 3 (Revisão da Literatura) foi discutido gradativamente as principais teorias (*agenda-setting* e *issue salience*) que dão o suporte teórico para a construção da pesquisa, mostrando que a mesma consiste em uma análise da mensuração das preferências partidárias por meio do processo de formação da agenda legislativa de políticas públicas: consistindo assim dos tópicos referentes a revisão da teoria (1) e ao processo de conceitualização (2). Sobre questões referente ao processo de operacionalização (3), seguimos as preocupações apresentadas por Przeworski e Teune (1970), durante o processo de como operacionalizar os conceitos que serão trabalhados e sobre a construção de tipologias. Por isso, para mensurar a agenda legislativa de políticas públicas utilizamos as diretrizes desenvolvidas pelo *Comparative Agendas Project*⁷, que foi desenvolvido pelos cientistas políticos estadunidenses Frank Baumgartner e Bryan Jones, no início dos anos 90. Essas diretrizes caminham de “mãos-dadas” com a teoria do *equilíbrio pontuado* desenvolvida em torno de dois aspectos cruciais da agenda de política públicas: a) o processo de formação de agenda; b) a importância de determinados temas e c) como eles emergem ao longo do tempo (HOWLETT; RAMESH & PERL, 2013), tendo em vista tais aspectos, o artigo centra-se na *importância de determinados temas* dos partidos brasileiros. A estrutura que compõe as diretrizes do projeto é baseada em códigos referentes as principais políticas públicas de um Estado; como saúde, educação, defesa, relações

⁷ As diretrizes e mais informações sobre o projeto estão contidas no sítio eletrônico do projeto. Disponível em: <http://www.comparativeagendas.net>.

exteriores e entre outros (resultando em 20 códigos) que são melhores desenvolvidos em outros subcódigos (237 subcódigos), permitindo uma análise mais profunda e agregada. Por exemplo, no código geral que refere-se ao “meio ambiente” há categorias sobre os temas: segurança da água; eliminação de resíduos; poluição do ar; aquecimento global; reciclagem e muitos outros temas. A tabela abaixo apresenta os códigos gerais.

Tabela 1 – Classificação geral da classificação

Códigos
1. Macroeconomia
2. Direitos Cíveis Gerais, Liberdades Cíveis, Minorias
3. Saúde
4. Agricultura
5. Trabalho e Emprego
6. Educação
7. Meio Ambiente
8. Energia
9. Imigração
10. Transporte
12. Questões de Lei, Crime e Família
13. Bem-estar Social
14. Planejamento Urbano e Políticas Habitacionais
15. Bancos, Finanças e Comércio Interno
16. Defesa
17. Ciência, Tecnologia e Comunicação
18. Comércio Exterior
19. Política Internacional e Ajuda Externa
20. Governo e Administração Pública
21. Recursos Naturais e Gestão da Água

Fonte: elaboração própria do autor com base em BAUGARTNER & JONES, 2012

A técnica de codificação (4) utilizada foi manual, apesar de possuir métodos automatizados que possibilitam que uma maior quantidade de texto possa vir a ser codificados, entretanto o projeto utilizará em um desenvolvimento posterior a codificação automatizada através do método de aprendizado supervisionado (BATISTA & VIEIRA, 2016), que consiste na combinação de métodos manuais de um parcela das proposições que irá ensinando a máquina, por meio de um algoritmos para assim concluir mais rapidamente o processo de codificação. A sistematização consiste no processo de classificação das iniciativas legislativas propostas na Câmara dos Deputados, entre os anos

1995 a 2014, que são: os *Projetos de Lei* (PL), *Projetos de Emenda Constitucional* (PEC); *Projeto de Lei Complementar* (PLP) e *Medidas Provisórias* (MP).

O somatório das iniciativas legislativas constam no total de 42.441 proposições (aprovadas, rejeitadas e ainda em fase de apreciação), sendo selecionado uma amostra (5) de 15% para o processo de codificação manual da agenda legislativa pelo pesquisador treinando (6) e tento passado por testes iniciais de classificação, sendo supervisionado pela coordenadora da pesquisa. O processo de codificação (7) consistiu na divisão dos 5.700 proposições em dois arquivos, um com 2.850 que foram usados como *training-set* e as 2.850 restantes como *test-set*. Assim como apresentado no artigo *Mensurando Saliência: uma medida com base em ênfase na agenda legislativa do Brasil (1995 – 2014)*, a pesquisa seguindo o rigor metodológico e os passos que foram mencionados acima indica de maneira bastante positiva um bom grau de confiabilidade dos dados obtidos (8) e o último passo, será apresentado na próxima seção, pois refere-se aos resultados que foram inicialmente encontrados. Com isso, lembramos que o artigo consiste na exposição dos achados preliminares com base no processo de codificação da amostra selecionada, que foram analisados e sistematizados com a utilização do *software Statistical Package Social Sciences 2.0* (SPSS).

5 Resultados

Esta seção apresenta os resultados preliminares encontrados até então com base na classificação da amostra selecionada das iniciativas apresentadas pelos deputados federais entre o período de 1995 a 2014. O propósito é identificar quais são as preferências mais *salientes* dos diversos partidos políticos nacionais. Por se tratar da fase inicial do projeto, os achados serão evidenciados com um certo grau de parcimônia, para que não se possa tomar conclusões precipitadas sobre o tema. Apesar deste determinado grau de cautela sobre as conclusões, o artigo demonstra-se como relevante no sentido de que aponta uma nova metodologia de como mensurar e identificar as preferências partidárias por meio das proposições legislativas, ou seja, pelo o que os partidos realmente estão desenvolvendo enquanto representantes daqueles que o elegeram ou como funcionários públicos eleitos do Estado brasileiro.

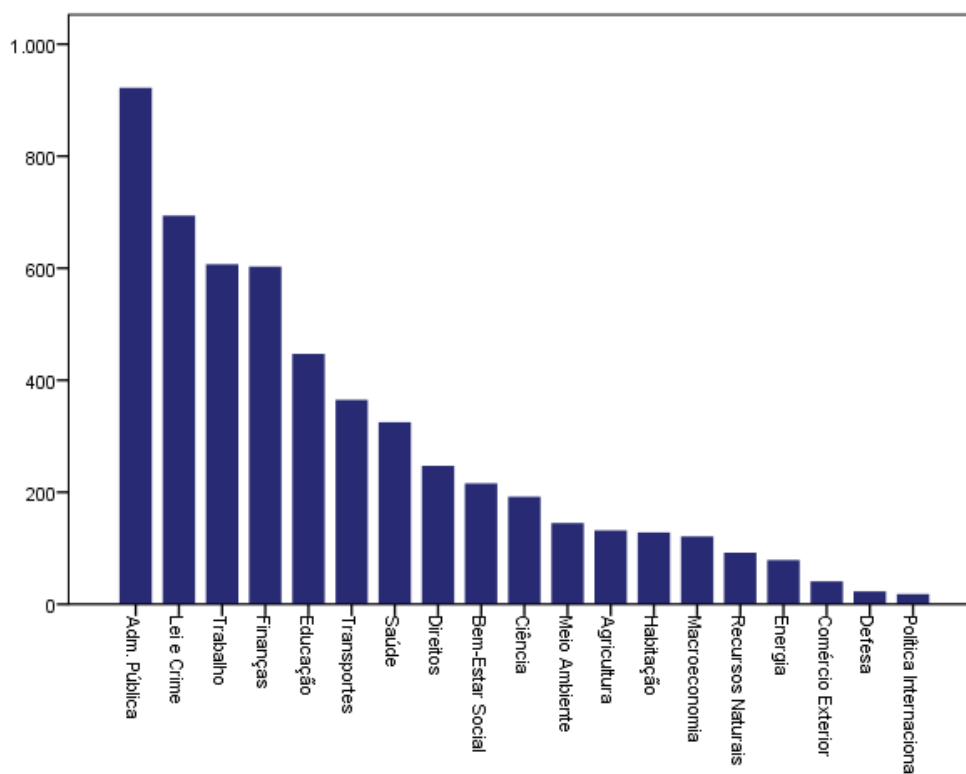
Como já foi mencionado na seção 4 (Metodologia) entre as iniciativas apresentadas durante os anos estudados serão aqui analisadas as proposições que foram de origem dos

deputados federais, por isso foram excluídas as medidas provisórias ou projetos por parte do poder Executivo e as proposições originadas do Judiciário, ou seja, resultando em um número de 5.397 iniciativas. Que serão analisados por de modo total; por governo; partidos e os temas por eles apresentados.

5.1 Classificação Geral

De maneira geral, descobrimos que os temas em que os deputados federais mais legislam são referentes a: Administração Pública (como regulamentação de eleições, atividades de fomento a excelência da administração pública; abertura de créditos para ministérios); Lei e Ordem (administração do poder Judiciário, reformas no Código Civil ou Penal, legislação sobre presídios e outros); Trabalho (benefícios trabalhistas e segurança no trabalho); Finanças (fomento do comércio interno, Direito do consumidor e outros) e Educação (legislação referente a Educação Superior). Enquanto, temas como Política Internacional (auxílio a outros países, funções diplomáticas e outros); Defesa (manutenção das Forças Armadas); Comércio Exterior (questões referentes a importação ou exportação) e Energia possuem menos produções legislativas. Como fica mais visível no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Classificação geral

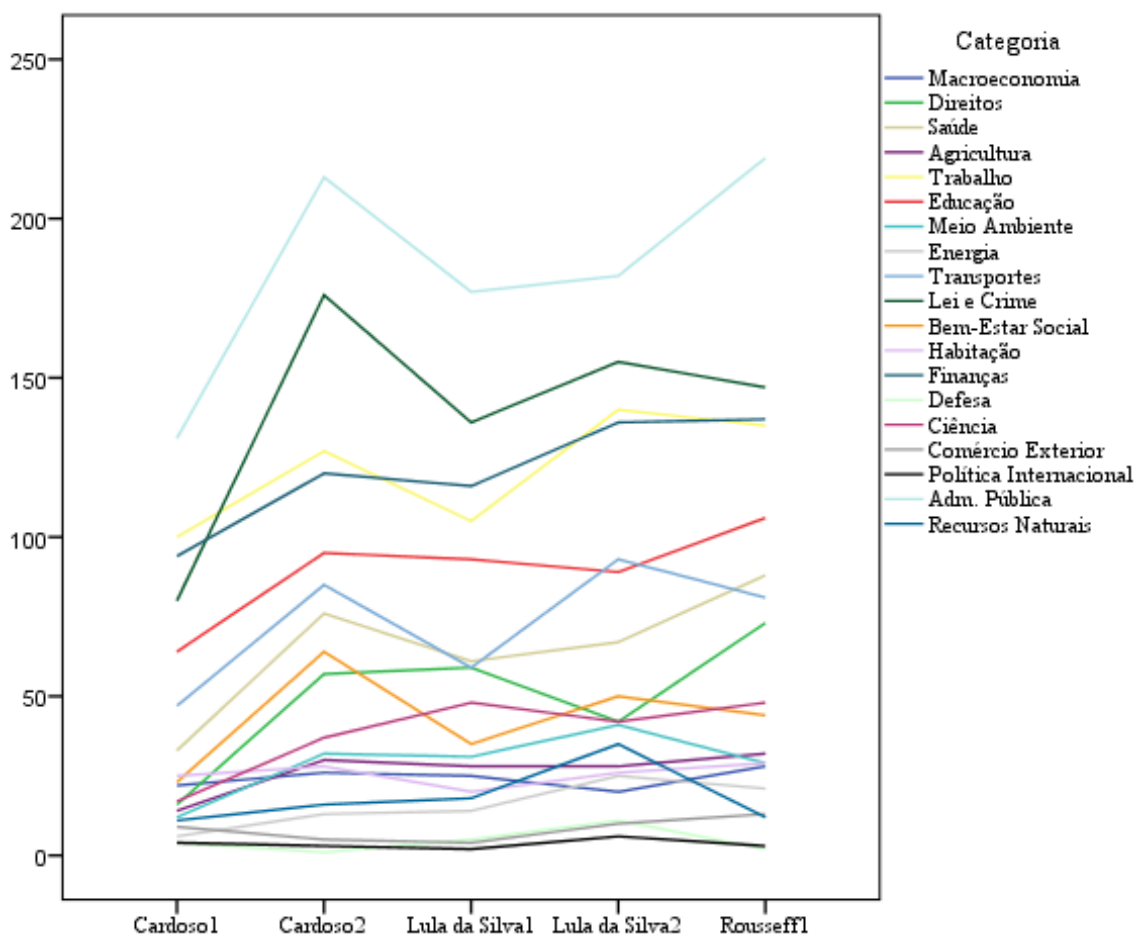


5.2 Classificação por Governo

Como foi mencionado no início da seção, as iniciativas que aqui estão sendo analisadas compreendem apenas as que foram apresentadas pelos deputados federais. Porém uma importante forma de analisar a variação das proposições apresentadas pelos parlamentares seria observar a produção por legislaturas, que compreende também aos mandatos dos presidentes.

Os mandatos que o estudo alcança são aqui mencionados de: Cardoso 1 (1995 – 1998); Cardoso 2 (1998 – 2002); Lula da Silva 1 (2002 – 2006); Lula da Silva 2 (2007 – 2010) e Rousseff 1 (2011 – 2014). O gráfico abaixo apresenta como se deu a produção durante os mandatos/legislaturas entre o período de 1995 – 2014:

Gráfico 4 – Classificação por governo



Como podemos observar, as produções legislativas referentes à Administração Pública, Lei e Crime, Finanças e Trabalho estão presentes em todos os mandatos/legislaturas analisados, como temas predominantes. No que tange a temas

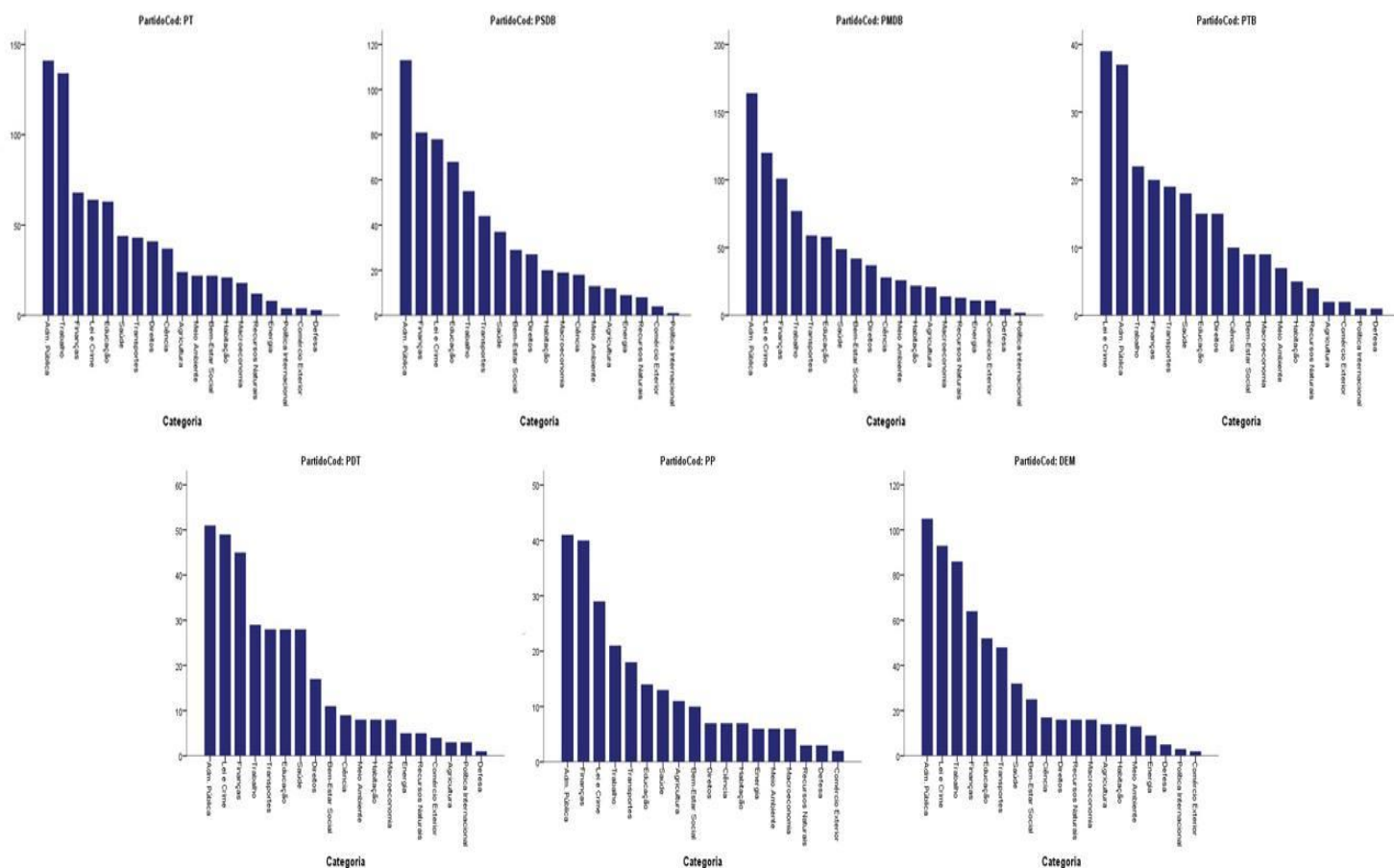
secundários, notou-se as produções sobre Educação, Transportes e Saúde são os temas os temas de segundo plano que mais se sobrepõe nos mandatos Cardoso 1 e 2, mantendo uma continuidade nos mandatos Lula da Silva 1 e 2. Já o primeiro mandato de Rousseff são destacados temas como Direitos, Saúde e Transportes.

5.3 Classificação por partidos e temas

Devido ao grande número de partidos políticos brasileiros, não será demonstrado a ênfase temática de maneira exclusiva, até mesmo, porque não conteria dentro do limite permitido das páginas da produção. Por isso, utilizei na análise os partidos que compõe de maneira efetiva cadeiras no Parlamento brasileiro e que também foram estudados por Zucco na sua última análise do Congresso (2009; 2015) que são o DEM/PFL; PCdoB; PDT; PMDB; PP; PPS; PR; PSB; PSDB; PSOL; PV e o PT.

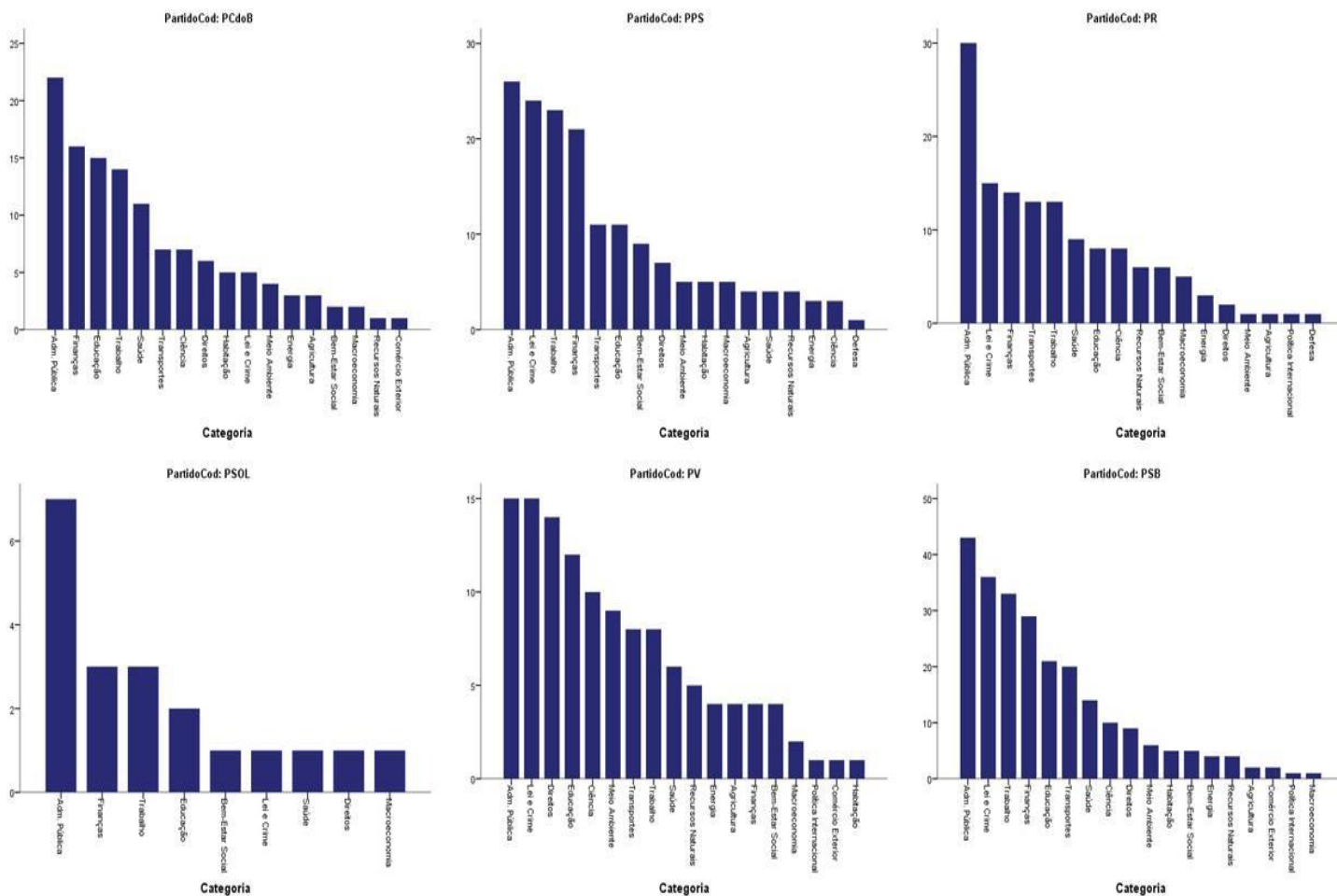
O primeiro gráfico compreende ao conteúdo produzido por partidos como o PT, PSDB, PMDB, PTB, PDT, PP e DEM. As principais questões que o PT dedica-se a produzir são sobre a Administração Pública, Trabalho e sobre Finanças. Enquanto o PSDB dedica-se a temas referentes à Administração, Finanças e Lei e Crime. Os partidos PMDB, PP, DEM, PTB e PDT legislam majoritariamente sobre temas que envolve a administração do Estado, Lei e Crime, Finanças e Trabalho. Demonstrando que os maiores partidos brasileiros não possuem uma agenda específica ou que são diferentes dentro da Arena Legislativa.

Gráfico 5 – Partidos (PT, PSDB, PMDB, PTB, PDT, PP e DEM)



O segundo grupo (PCdoB, PPS, PR, PSB, PSOL e PV) dispõe de uma ordem um pouco diferente da que foi apresentada pelos grandes partidos, continuando de maneira predominante as proposições apresentadas sobre Administração Pública, diferenciando-se nas ênfases dedicadas para outras questões. Como por exemplo o PCdoB, que apresenta proposições sobre Finanças e Educação. Já na produção do PV notou-se a importância em temas sobre Direitos (questões de minorias, Direitos Cívicos ou políticos; por exemplo) e Educação. Enquanto partidos como PPS, PR, PSB e PSOL seguem as evidências encontradas nos partidos citados no primeiro grupo, que legislam sobre Finanças, Lei e Crime, Trabalho e Administração Pública, como podemos notar no gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Partidos (PCdoB, PPS, PR, PSB, PSOL e PV)



5. 4 Algumas observações

A partir das análises dos dados, podemos observar, mesmo que de forma prematura que há uma forte semelhança entre os partidos políticos brasileiros sobre o que eles estão produzindo. Levantando assim, algumas breves conclusões, de que os partidos possuem diferentes questões prioritárias que agregariam os eleitores em torno de suas bandeiras, ou seja, o comportamento *policy-seeking*. Com isso, levanta-se a hipótese de que a teoria da saliência não explicaria a atuação dessas instituições, pois a proximidade nos temas que são produzidos, fazem com eles sejam muito próximos, existindo pequenas diferenças entre a agenda partidária.

6 Considerações Finais

As preferências partidárias expressas por meio das iniciativas legislativas indicam uma importante forma de como estudar e compreender de forma mais objetiva o comportamento partidário e político dos parlamentares federais, que são os principais atores ou *policy makers* do cenário nacional, por assim formular políticas públicas para os cidadãos do Estado brasileiro.

Mesmo com os resultados apresentados ainda é muito prematuro afirmar que todos os partidos são iguais ou que a *teoria da saliência* não se aplica ao caso brasileiro, isso porque o projeto ainda está em sua fase inicial, tendo ainda muitas fases para serem concluídas e pesquisas para serem desenvolvidas. Sendo assim, podemos afirmar que o presente artigo inicia uma importante agenda de pesquisa, que há muito tempo havia sido deixada de lado, que é o estudo das questões salientes dos partidos políticos por meio do que está sendo produzido no Congresso.

É notório, como a literatura sobre partidos aponta que tais instituições são fracas quando estão na arena eleitoral, gerando importantes conclusões que nos fazem pôr em xeque a validade das agremiações, seja por estudos acadêmicos ou por observações levantadas pela sociedade, de modo geral. Mesmo notando essa falta de *raízes* para com a sociedade, os partidos apresentam-se como consideráveis peças nas engrenagens do Estado brasileiro e como sinalizadores de um regime democrático em processo de consolidação, sendo assim, seria necessário uma maior interação entre os líderes e burocratas partidários para com os eleitores, que os mesmos representam, para que os partidos mesmo aproximando-se do Estado, possam atender aqueles que os ajudaram a construir essa ponte.

6 Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. 2013. *O congresso nacional pós-1988: capacidade e atuação na produção de políticas e no controle do Executivo*. In: *República, democracia e desenvolvimento: contribuição ao Estado Brasileiro contemporâneo*. Organizadores: José Celso Cardoso Jr. & Gilberto Bercovini. Brasília: IPEA.

AMES, B. 2001. *The deadlock of democracy in Brazil*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

ANASTACIA, F. & SANTOS, M. L. 2014. *Sistemas partidários no Brasil: continuidade e mudança*. In: *Relevância da Ciência Política: comentários a contribuição de Olavo Carvalho de Lima Jr.* Organizadores: Antônio Lavareda; Glaúcio Soares. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan.

BATISTA, M. & VIEIRA, B. 2016. *Mensurado saliência: uma medida com base em ênfase na agenda legislativa do Brasil (1995 – 2014)*. Primeira versão. Manuscrito apresentado para a X ABCP.

BAUMGARTNER, F. R. & JONES, B. D. 2012. *From there to here: Punctuated Equilibrium to the general punctuation thesis to a theory of Government Information Processing*. The Policy Studies Journal, vol. 40. nº 1, 2012.

_____.; **BROUARD, S. & GROSSMAN, E.** 2009. *Agenda-setting dynamics in France: Revisiting the ‘partisan hypothesis’*. French Politics 7, 75 – 95.

BILHIM, J. A. F. 2016. *Políticas públicas e agenda política*. In: Valorizar a Tradição: orações sapienciais do ISCSP, ed. ISCSP, 82 – 103. ISBN: 9789896461041. Lisboa: ISCSP.

BRAGA, M. S. S & PIMENTEL JR., J. 2011. *Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?*. Opinião Pública, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271 – 303.

BRESSER-PEREIRA, L. C. 1995. *Estado, sociedade civil e legitimidade democrática*. Lua Nova, nº36. São Paulo.

_____. 2014. *A construção política do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Editora 34.

BROMLEY-TRUJILLON, R.; LEISING, J. & POE, J. 2014. *The importance of salience: public opinion na State Policy action on climate change*. Annual Meeting of the State Politics and Policy Conference, Bloomington,

BUSCH, K. B. 2016. *Estimating parties’ left-right positions: determinants of voters’ perceptions’ proximity to party ideology*. Electoral Studies, n. 41, p. 159 – 178.

CARREIRÃO, Y. S. 2008. *Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros*. Opinião Pública, Campinas, v. 14, n. 2, p. 319 – 351.

_____. 2014. *O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 14, p. 255 – 295.

CHEIBUB, J.A; FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. 2009. *Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento Legislativo na Câmara dos Deputados (1991 – 1998)*. Dados – Revistas de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Vol. 52, n. 2, p. 263 – 299.

COBB, R. W. & ELDER, C. D. 1972. *Participation in American Politics: the dynamics of agenda-building*. Boston: Allyn and Bacon.

DAHL, R. A. 2005. *Poliarquia: participação e oposição*. 1 ed. (Clássicos, 9). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

DEL PRIORE, M. & VENANCIO, R. 2010. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta Brasil.

DOWNS, A. 1999. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo, Edusp.

KINGDON, J. W. 1984. *Agendas, alternatives and public policies*. Boston: Little Brown.

KINZO, M. D’A.G. 1991. *Burke: a continuidade contra a ruptura*. In: *Os clássicos da Política*. Organizador: Francisco Weffort. São Paulo: Ática.

MAIR, P. 1994. *Party Organizations: From Civil Society to the State*. In: *How Parties Organize: change and adaptation in Party organizations in Western Democracies*. Organizadores: Richard Katz; Peter Mair. London: Sage.

_____. 2003. *Partidos políticos e a democracia*. *Análise Social*, vol. XXXVIII, p. 277 – 293.

MANIN, B. 2013. *Democracia do público reconsiderada*. *Novos Estudos*, n. 97.

MIGUEL, L.F. 2010. *Os partidos brasileiros no eixo esquerda-direita*. In: **KRAUSE, S.; DANTAS, H. & MIGUEL, L.F. (orgs.)**. *Coligações partidárias na Nova República Brasileira: perfis e tendências*, Rio de Janeiro: Konrad Adenauer.

MOREIRA, D. 2016. *Com a palavra os nobre deputados: frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros*.

NICOLAU, J. M. 1996. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

NORRIS, P. 2002. *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press.

PAIVA, D.; BRAGA, M. S. S & PIMENTEL JR., J. 2007. *Eleitorado e partidos políticos no Brasil*. Opinião Pública, Campinas, v. 13, n. 2, p. 388 – 408.

PEREIRA, C. & MUELLER, B. 2003. *Partidos fracos na arena eleitoral e Partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil*. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735 – 771.

POWER, T. & ZUCCO JR., C. 2009. *Estimating ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990 – 2005: a research communication*. Latin American Research Review, Baltimore, v. 44, n. 1, p. 218 – 246.

PRZEWORSKI, A. & TEUNE, H. 1970. *The Logico of Comparative Social Inquiry*. New York: John Wiley and Sons, Inc.

PUTNAM, R. D. 2006. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 5 edição.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y. S. & BORBA, J. 2011. *Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros*. Opinião Pública, Campinas, v. 17, n. 2, p. 333 – 368.

RIBEIRO, P. F. 2013. *El modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil*. Revista de Ciência Política, vol. 33, n. 3, 2013, p. 607 – 629.

RICCI, P. 2003. *O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais*. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 699 – 734.

SCHUMPETER, J. 1961. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

SOUZA, M. C. C. C. 1976. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega.

STROM, K. 1990. *A behavioral theory of competitive political parties*. American Journal of Political Science. Houston. v. 34, n. 2, p. 565 – 598.

_____ & MÜLLER, W. 1999. *Policy, office or votes? How political parties in Western Europe make hard decisions*. Cambridge: CUP.

TAROUCO, G. & MADEIRA, R. M. 2013. *Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil*. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 45, p. 149 – 165.

_____. 2015. *Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey*. Civitas: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 15, p.24 – 39.

_____ & VIEIRA, S. 2015. *Mensuração de preferências políticas: análise de manifesto partidários*. Política Hoje (UFPE, impresso), v. 24, p 135 – 150.

VIEIRA, S. M & MACIEL, N. 2011. *Os partidos brasileiros são todos iguais? A análise das diferenças entre os partidos segundo os documentos políticos*. 35º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.

WLEZIEN, C. 2005. *On the salience of political issues: the problem with ‘most import problem’*. Electoral Studies.

WOLINETZ, S. 2002. *Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in Contemporary Democracies*. In: *Political Parties: Old Concepts, New Challenges*. Organizadores: Richard Gunther, Jose Montero, Juan Linz. Oxford: OUP. P. 136 – 165.

ZOHLNHÖFER, R. & BANDAUF, F. 2012. *Policy or office and votes? The determinants of programmatic in West European Political Parties*. Paper preparado para a 38º Annual Conference of the International Association for the Study of German Politics (IASCP). London.

ZUCCO JR., C. 2009. *Esquerda, Direita e Governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros*. Seminário “Legislator Views of Brazilian Governance”, University of Oxford.

_____. 2015. *Estabilidad sin raíces: institucionalización de sistemas de partidos em Brasil*. In: *Sistemas de partidos en América Latina: Causas y consecuencias de su equilibrio inestable*. Organizador: Mariano Torcal. Barcelona: Anthropos Editorial; Santa Fé (Argentina): Universidad Nacional del Litoral.